

CLWP EÓLICA PARQUE I S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas da
CLWP Eólica Parque I S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CLWP Eólica Parque I S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 14 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




Building a better
working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 28 de abril de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque I S.A. ("CLWP I" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Campo Largo I, com potência instalada de 29,7 MW, garantia física de 15,3 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A CLWP I é uma das 11 Centrais Eólicas (Centrais) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo, e está localizada entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da CLWP I pertence à CLWP Brasil Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê que o crescimento mundial irá desacelerar de 6,0% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. O crescimento do PIB em 2022 foi de 2,9%. Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R\$ 5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

4. Desempenho Operacional

Em 2022, a geração total bruta de CLWP I alcançou 125,3 GWh, 3,8% maior que a observada em 2021, de 120,7 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as todas paradas programadas, atingido em 2022 foi de 92,9%, 2,1 p.p. superior ao verificado em 2021, que foi de 90,8%.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2022	2021	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	31.698	25.726	5.972	23,2
Lucro bruto	18.394	13.017	5.377	41,3
Margem bruta	58%	50,6%		7,4 p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	18.247	12.885	5.362	41,6
Ebitda (Lajida) ¹	24.676	19.286	5.390	27,9
Margem Ebitda (Lajida)	77,8%	75,0%		2,8 p.p.
Resultado financeiro	(4.730)	(6.174)	1.444	(23,4)
Lucro líquido do exercício	10.048	5.473	4.575	83,6

¹Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorreu, substancialmente, do reconhecimento em 2022 do ressarcimento às distribuidoras em montante inferior ao reconhecido em 2021 e pelo reconhecimento da receita de indenização pela indisponibilidade no valor de R\$ 3.965 mil.

EBITDA: o aumento é motivado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida.

Resultado financeiro: a redução é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras e, parcialmente atenuada, pelo aumento de juros e variação monetária sobre financiamento.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados e, parcialmente atenuado, pelo acréscimo de imposto de renda e contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

8. Agradecimentos

A Administração da CLWP Eólica Parque I S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2022.

A Administração



CLWP EÓLICA PARQUE I S.A.
CNPJ N° 16.756.565/0001-33 | NIRE N° 42 3 0004551-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.293	27.560
Contas a receber de clientes	5	2.537	2.324
Indenização por indisponibilidade a receber	12	3.965	-
Outros ativos circulantes		205	439
		25.000	30.323
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	4.088	3.991
Outros ativos não circulantes		12	12
		4.100	4.003
Imobilizado	7	151.221	157.538
Intangível		36	37
		155.357	161.578
TOTAL		180.357	191.901
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.062	2.047
Dividendos	11	955	1.025
Financiamento	10	6.687	6.637
Outros passivos circulantes		1.135	402
		10.839	10.111
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	1.533	1.587
Financiamento	10	73.531	79.334
Provisão para desmobilização	7	6.193	5.844
		81.257	86.765
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	78.163	78.163
Reservas de lucros		8.666	16.862
Dividendos adicionais propostos		1.432	-
		88.261	95.025
TOTAL		180.357	191.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CLWP EÓLICA PARQUE I S.A.
CNPJ N° 16.756.565/0001-33 | NIRE N° 42 3 0004551-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	31.698	25.726
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(6.429)	(6.401)
Serviços de terceiros		(3.685)	(3.306)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(2.054)	(1.820)
Outros		(1.136)	(1.182)
		(13.304)	(12.709)
LUCRO BRUTO		18.394	13.017
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(147)	(132)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		18.247	12.885
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		3.228	1.080
Renda de depósitos vinculados		468	153
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(7.687)	(6.488)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(349)	(576)
Juros sobre fornecedores		(339)	(266)
Outras despesas financeiras, líquidas		(51)	(77)
		(4.730)	(6.174)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		13.517	6.711
Imposto de renda e contribuição social correntes	13		
Imposto de renda		(2.468)	(833)
Contribuição social		(1.001)	(405)
		(3.469)	(1.238)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.048	5.473
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		0,13	0,07

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.048	5.473
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	10.048	5.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CLWP EÓLICA PARQUE I S.A.
CNPJ N° 16.756.565/0001-33 | NIRE N° 42 3 0004551-9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31.12.2020		78.163	731	11.178	-	-	90.072
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.473	5.473
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	274	-	-	(274)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(520)	(520)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	4.679	-	(4.679)	-
Saldos em 31.12.2021	11	78.163	1.005	15.857	-	-	95.025
Dividendos intermediários		-	-	(15.857)	-	-	(15.857)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.048	10.048
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	502	-	-	(502)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(955)	(955)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	1.432	(1.432)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	7.159	-	(7.159)	-
Saldos em 31.12.2022	11	78.163	1.507	7.159	1.432	-	88.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CLWP EÓLICA PARQUE I S.A.
CNPJ N° 16.756.565/0001-33 | NIRE N° 42 3 0004551-9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	13.517	6.711
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	6.429	6.401
Juros e variação monetária sobre financiamento	7.687	6.488
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	349	576
Juros sobre fornecedores	339	266
Renda de depósitos vinculados	(468)	(153)
Outros	5	(3)
Resultado antes dos tributos ajustado	27.858	20.286
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(213)	(101)
Indenização por indisponibilidade a receber	(3.965)	-
Outros ativos	(501)	10
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	55	(233)
Outros passivos	57	(330)
Caixa gerado nas operações	23.291	19.632
Pagamentos de juros sobre financiamento	(6.935)	(6.415)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.032)	(703)
Caixa líquido das atividades operacionais	14.324	12.514
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(575)	(196)
Caixa líquido das atividades de investimento	(575)	(196)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de financiamento	(6.505)	(6.494)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	371	17
Dividendos pagos	(16.882)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(23.016)	(6.477)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(9.267)	5.841
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	27.560	21.719
Saldo final	18.293	27.560
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(9.267)	5.841

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 17 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CLWP EÓLICA PARQUE I S.A.
CNPJ N° 16.756.565/0001-33 | NIRE N° 42 3 0004551-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque I S.A. ("CLWP I" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 24.08.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo I ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,7 MW¹ e garantia física de 15,3 MW médios. Em 21.09.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo, com participação de 9,10%. O Consórcio Campo Largo é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2023.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) série histórica de lucros nos exercícios sociais anteriores. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.



NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.



h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina; e (iv) à estimativa da taxa incremental de arrendamentos.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do <i>Proceeds before Intended Use</i> , as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes.



m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21			
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	161	52
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	18.132	27.508
	<u>18.293</u>	<u>27.560</u>

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2022 e de 2021 foi de cerca de 99,7% e 99,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 2.537 (R\$ 2.324 em 31.12.2021) correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano.

Em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.



NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2022, a Companhia mantém R\$ 4.088 (R\$ 3.991 em 31.12.2021) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2022			31.12.2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,64%	168.005	(25.960)	142.045	148.141
Edificações e benfeitorias	3,48%	6.771	(1.013)	5.758	5.992
Direito de uso de arrendamentos		3.610	(297)	3.313	3.375
		178.386	(27.270)	151.116	157.508
Em curso		105	-	105	30
		178.491	(27.270)	151.221	157.538

b) Mutações do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2020	154.133	6.227	3.450	97	163.907
Ingressos	-	-	-	49	49
Remensuração	-	-	(17)	-	(17)
Transferências	116	-	-	(116)	-
Depreciação	(6.108)	(235)	(58)	-	(6.401)
Saldos em 31.12.2021	148.141	5.992	3.375	30	157.538
Ingressos	-	-	-	102	102
Baixas	(5)	-	-	-	(5)
Remensuração	-	-	15	-	15
Transferências	26	1	-	(27)	-
Depreciação	(6.117)	(235)	(77)	-	(6.429)
Saldos em 31.12.2022	142.045	5.758	3.313	105	151.221

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2022 era de R\$ 6.193 (R\$ 5.844 em 31.12.2021), a variação do saldo é decorrente de juros e variação monetária de R\$ 349 registrada no resultado de 31.12.2022 (R\$ 576 em 31.12.2021).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo I, com capacidade instalada de 29,7 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2017.



NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Arrendamentos a pagar	1.911	1.868
Fornecedores de imobilizado	811	1.284
Fornecedores de materiais e serviços	694	322
Encargos de uso da rede elétrica	179	160
	<u>3.595</u>	<u>3.634</u>
Passivo circulante	2.062	2.047
Passivo não circulante	1.533	1.587
	<u>3.595</u>	<u>3.634</u>

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, o financiamento contratado tende a estar protegido pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um *hedge* natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2023 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário Provável		Sensibilidade		
		2022	2023	Provável	Δ + 25% (*)	Administração
Risco de variação						
TJLP	7,2%	7,4%	0,2 p.p.	1,9 p.p.	0,3 p.p.	

(*) Variações sobre o cenário provável de 2023.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2022 e os previstos no cenário provável para 2023, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2023. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2023, em comparação com o ano de 2022, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2022	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
TJLP	80.218	(130)	(1.420)	(250)



b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2022	31.12.2021
Dívida	80.218	85.971
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(4.088)	(3.991)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(18.293)	(27.560)
Dívida líquida	57.837	54.420
Patrimônio líquido	88.261	95.025
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	0,7	0,6

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ECV, controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.062	593	486	2.167	5.308
Financiamento	6.829	13.070	13.070	49.017	81.986
	8.891	13.663	13.556	51.184	87.294



e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	18.132	27.508
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	161	52
Contas a receber de clientes	2.537	2.324
Depósitos vinculados	4.088	3.991
	<u>24.918</u>	<u>33.875</u>
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	3.595	3.634
Financiamento	80.218	85.971
	<u>83.813</u>	<u>89.605</u>

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

Saldo em 31.12.2020	92.392
Juros e variação monetária	6.488
Amortização do principal	(6.494)
Amortização de juros	(6.415)
Saldo em 31.12.2021	85.971
Juros e variação monetária	7.687
Amortização do principal	(6.505)
Amortização de juros	(6.935)
Saldo em 31.12.2022	80.218
Passivo circulante	6.687
Passivo não circulante	73.531
	<u>80.218</u>

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2024	6.394
2025	6.394
2026	6.394
2027	6.394
2028	6.394
2029 a 2033	31.970
2034 a 2035	9.591
	<u>73.531</u>

c) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2022
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	TJLP + 2,52% a.a.	06.2035	Mensais	80.218



d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil Participações e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP") e ENGIE Brasil Energia.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,25$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2022 e 31.12.2021 era de R\$ 78.163, representado por 78.163.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 78.162.999 pertencem à controladora CLWP Brasil Participações S.A. e 1 pertence à ECP. A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2022, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 955.

c) Reserva de retenção de lucros e dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2022, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 7.159 do lucro do exercício de 2022 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia. A companhia também destinou dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 1.432.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	28.784	26.637
Outras receitas	-	61
	<u>28.784</u>	<u>26.698</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.051)	(972)
OUTRAS RECEITAS		
Receita de indenização por indisponibilidade	3.965	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>31.698</u>	<u>25.726</u>

Em 2022, a Companhia reconheceu um valor de R\$ 3.965 relativos multa contratual por indisponibilidade referente ao contrato de O&M para os parques integrantes do Consórcio Campo Largo. Esse reconhecimento foi feito em



contrapartida da rubrica "Indenização por indisponibilidade a receber", a qual, em 31.12.2022 apresentava a totalidade do saldo em aberto no ativo circulante.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2022		2021	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	28.784	28.784	26.698	26.698
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	2.303	3.454	2.136	3.204
Receita financeira	3.698	3.698	1.237	1.237
Receita extraordinária	3.965	3.965	-	-
Outros	-	-	56	56
Base de cálculo	9.966	11.117	3.429	4.497
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(2.492)	(1.001)	(857)	(405)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(2.468)	(1.001)	(833)	(405)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2022, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 59.421.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até setembro de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2022, era de R\$ 18.662.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo participa da referida apólice no montante de R\$ 2.189.962 para danos materiais e R\$ 331.522 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2023.

NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2022 foi de R\$ 114 (R\$ 103 em 31.12.2021).

b) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

	PASSIVO	RESULTADO
	Fornecedores	Encargos de uso da rede elétrica e conexão
ENGIE	356	-
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	12
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	9
31.12.2022	356	21



A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ECV, com vencimento em 2036, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2022 é de R\$ 403.395 (R\$ 338.096 em 31.12.2021). Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 12 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2022	2021
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(738)	(271)
Fornecedores de imobilizado	(473)	(146)
Remensuração dos arrendamentos	15	(17)



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022, da CLWP Eólica Parque I S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2